



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT**  
Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

SEMA-MT

Fls. 32

CUDK

**Parecer Técnico****COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - REANALISE**

PT Nº: 78881 / CIE / SUIMIS / 2013

Processo Nº: 630304/2010

Data do Protocolo: 18/08/2010

**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO****Interessado**

- Nome / Razão Social: CLUSTER DE BIOENERGIA SA
- CPF/CNPJ: 09.507.585/0001-05
- Endereço:
- Município:

**Propriedade/Obra ou Empreendimento:**

- Denominação: CLUSTER DE BIOENERGIA S.A
- CNPJ: 09.507.585/0001-05
- Localização: Rodovia BR-158, Km 39 - Fazenda São Carlos - CEP: 78.600-000
- Município: Barra do Garças - MT
- Coordenada Geográfica: DATUM: SAD69 - W: 52:12:01,90 - S: 15:37:14,10

**Responsável Técnico:**

- Nome / Razão Social: WALTER LAZZARINI FILHO
- Formação: Engenheiro Agrônomo - CREA : 027159-D

**Atividades Licenciadas:**

- D1561-0/00 - Usinas de açúcar

Não foi associado roteiro a este processo.

**ANÁLISE TÉCNICA****VALOR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – REAVALIAÇÃO**

- Considerando o que estabelece o Decreto Nº 6.848, de 14 de Maio de 2009, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental;
- Considerando determinação estabelecida conforme CI nº. 075/GAB-SAMC-MT/2013 de 02 de outubro de 2013, que estabelece a necessidade de reajustes no cálculo e de revisão dos índices, bem como que sejam utilizados pelo menos quatro casas decimais no cálculo da compensação, apresentamos a reanálise, conforme segue:

**Empreendimento e Valor Estabelecido:**

- CLUSTER BIOENERGIA S.A – USINA DE ALCOOL E GERAÇÃO DE ENERGIA, a se instalar na Região de Barra do Garças.
- R\$ 448.688.000,00 (Quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil Reais).

**Sobre o Valor do Empreendimento**

Segundo do Decreto 6.848/2009, temos:

Artigo 1º...





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT**  
Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

...  
*§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.*

...  
*Artigo 2º...*

...  
*§ 2º O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.*

*§ 3º As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação.*  
(Grifamos).

Quanto a data a ser considerada no cálculo da compensação ambiental, deve ser o dia do protocolo do requerimento da Licença de Instalação- LI, e deve-se levar em consideração para o cálculo, o valor informado pelo requerente em atendimento ao que estabelece a legislação, que no caso, foi informado como de **R\$ 448.688.000,00 (Quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil Reais).**

O valor da compensação deverá ser corrigido a partir da **data de requerimento da Licença de Instalação**, conforme estabelece o parágrafo terceiro do artigo segundo do Decreto 6.848/2009, que determina que o valor do investimento deve ser informado "**antes da emissão da licença de instalação**", deixando claro que o numerário a ser desembolsado como compensação, tem como critério de data o requerimento da LI, e como tal deve ter seus valores corrigidos, em função do prazo entre o estabelecimento do valor da compensação, até o efetivo desembolso, que sempre transcorre períodos superior à anos, e os numerários devem ser corrigidos monetariamente, de acordo com o melhor critério financeiro, a ser calculado por profissional competente.

Questiona-se se o valor da compensação não deveria ser considerado e corrigido quando do requerimento da Licença Previa, no entanto entendemos que quando do requerimento desta licença ainda não é possível estabelecer se o empreendimento é viável, bem como no decorrer das análises do Estudo de Impacto Ambiental pode ocorrer alterações no projeto, que venha a alterar o valor do investimento inicialmente previsto, o que requer reavaliações quanto ao valor da compensação.

Em consulta ao processo de licenciamento ambiental nº 630304/2010 de 18 de agosto de 2010, foi requerido a Licença de Instalação em 18 de agosto de 2010.

### **Sobre os Valores de Compensação**

Segundo ao artigo 2º do Decreto 6.848/2009, temos:

*O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:*

*CA = VR x GI, onde:*

*CA = Valor da Compensação Ambiental;*

*VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e*

**GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.**  
(Grifamos).

Logo o importância a ser paga como compensação, tem como teto 0,5 % (meio por cento) do valor do investimento que foi o informado pelo requerente, que **seria no máximo R\$ 2.243.440,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta**





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT**  
 Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

**Reais).**

**Sobre os Índices Estabelecidos**

Segundo o Decreto 6.848/2009, a metodologia para o cálculo da compensação, deve obedecer os critérios do Anexo, assim temos:

**1. Grau de Impacto (GI)**

O Grau de Impacto é dado pela seguinte fórmula:

$GI = ISB + CAP + IUC$ , onde:

*ISB = Impacto sobre a Biodiversidade;*

*CAP = Comprometimento de Área Prioritária; e*

*IUC = Influência em Unidades de Conservação.*

**1.1. - ISB: Impacto sobre a Biodiversidade:**

$ISB = IM \times IB (IA+IT)/140$ , onde:

*IM = Índice Magnitude;*

*IB = Índice Biodiversidade;*

*IA = Índice Abrangência; e*

*IT = Índice Temporalidade.*

**O ISB terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.**

O ISB tem como objetivo contabilizar os impactos do empreendimento diretamente sobre a biodiversidade na sua área de influência direta e indireta. Os impactos diretos sobre a biodiversidade que não se propagarem para além da área de influência direta e indireta não serão contabilizados para as áreas prioritárias.

**1.2 - CAP: Comprometimento de Área Prioritária:**

$CAP = (IM \times ICAP \times IT)/70$ , onde:

*IM = Índice Magnitude;*

*ICAP = Índice Comprometimento de Área Prioritária; e*

*IT = Índice Temporalidade.*

**O CAP terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.**

O CAP tem por objetivo contabilizar efeitos do empreendimento sobre a área prioritária em que se insere. Isto é observado fazendo a relação entre a significância dos impactos frente às áreas prioritárias afetadas. Empreendimentos que tenham impactos insignificantes para a biodiversidade local podem, no entanto, ter suas intervenções mudando a dinâmica de processos ecológicos, afetando ou comprometendo as áreas prioritárias.

**1.3 - IUC: Influência em Unidade de Conservação:**

O IUC varia de 0 a 0,15%, avaliando a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, sendo que os valores podem ser considerados cumulativamente até o **valor máximo de 0,15%**. Este IUC será diferente de 0 quando for constatada a incidência de impactos em unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, de acordo com os valores abaixo:

G1:parque (nacional, estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, refúgio de vida silvestre e monumento natural = 0,15%;

G2:florestas (nacionais e estaduais) e reserva de fauna = 0,10%;

G3:reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável = 0,10%;

G4:área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico e reservas particulares do patrimônio natural = 0,10%; e

G5:zonas de amortecimento de unidades de conservação = 0,05%.

**Quanto aos Índices do Anexo do Decreto**

**2.1 - Índice Magnitude (IM):** O IM varia de 0 a 3, avaliando a existência e a relevância dos impactos ambientais concomitantemente significativos negativos sobre os diversos aspectos ambientais associados ao empreendimento, analisados de forma integrada.





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT**  
Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

**Valor Adotado par IM:** O IM adotado no Parecer Técnico nº. 44834/CAIA/SUIMIS/2010 foi 2 (dois), e levou em consideração a baixa magnitude dos impactos negativos provocados pelo empreendimento, uma vez tratar-se de empreendimento linear tendo boa parte de sua área de afetação já antropizada;

**2.2 - Índice Biodiversidade (IB):** O IB varia de 0 a 3, avaliando o estado da biodiversidade previamente à implantação do empreendimento.

**Valor Adotado par IB:** O IB adotado no Parecer Técnico nº. 44834/CAIA/SUIMIS/2010 foi 2 (dois), e levou em consideração a biodiversidade local, sem a presença do empreendimento.

**2.3 - Índice Abrangência (IA):** O IA varia de 1 a 4, avaliando a extensão espacial de impactos negativos sobre os recursos ambientais. Em casos de empreendimentos lineares, o IA será avaliado em cada microbacia separadamente, ainda que o trecho submetido ao processo de licenciamento ultrapasse os limites de cada microbacia.

**Valor Adotado par IA:** O IA adotado no Parecer Técnico nº. 44834/CAIA/SUIMIS/2010 foi 2 (dois), considerando a sua extensão, que afeta microbacias urbanas em diversos municípios por onde ocorrerá sua instalação.

**2.4 - Índice Temporalidade (IT):** O IT varia de 1 a 4 e se refere à resiliência do ambiente ou bioma em que se insere o empreendimento. Avalia a persistência dos impactos negativos do empreendimento.

44834/CAIA/SUIMIS/2010 foi 4 (quatro), no entanto por se tratar de empreendimento em função da duração das alterações ambientais na região do empreendimento por mais de 30 (trinta) anos.

**2.5 - Índice Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP):** O ICAP varia de 0 a 3, avaliando o comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias aprovado mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

**Valor Adotado par ICAP:** O ICAP adotado no Parecer Técnico nº. 44834/CAIA/SUIMIS/2010 foi 2 (dois), considerando como de média a importância biológica por se tratar de área relativamente antropizada.

Assim temos:

**Índice Biodiversidade (IB):**

$ISB = IM (2) \times IB (2) \times [IA (2) + IT (4)] / 140$

$ISB = 0,1714285 \rightarrow$  arredondando para 4 casas decimais após a virgula

**ISB = 0,1714**

**Comprometimento de Área Prioritária CAP:**

$CAP = [IM (2) \times ICAP (2) \times IT (4)] / 70$

**CAP = 0,228571** -> arredondando para 4 casas decimais após a virgula

**CAP = 0,2286**

**IUC: Influência em Unidade de Conservação:**

**IUC - Valor Adotado = 0,15**

**Grau de Impacto (GI):**

$GI = ISB (0,1714) + CAP (0,2286) + IUC (0,15) =$

**GI = 0,55**

**Valor da Compensação - R\$**

Considerando o Valor informado do Investimento como de R\$ R\$ R\$ 1.353,835,79 x 0,50 (valor máximo previsto) = **R\$ 2.243.440,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil,**



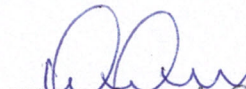


**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT**  
Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

SEMA-MT  
Fls. 34  
CUC

quatrocentos e quarenta Reais).

Cuiabá - MT, 08 de novembro de 2013

  
Valmi Simão de Lima  
Eng. Sanitarista / Seg. Trabalho  
CREA - 1283914920



